

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL  
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

**REITOR** Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** Leila Rodrigues da Silva

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

---

**DIRETORA** Miriam Krenzinger Azambuja

**VICE-DIRETORA** Elaine Martins Moreira

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO** Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

---

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

### EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

### EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

### EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

### REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**


Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ

 [praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)

 @revistapraiavermelha

 (55) (21) 3938-5386

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2  
2019  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



**CC BY-NC-ND 4.0**

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

# PRAIA VERMELHA

## **Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência**

ORIGINAL DE IAIN FERGUSON, VASILIOS IOAKIMIDIS & MICHAEL LAVALETTE

TRADUÇÃO COMENTADA POR

**Charles Toniolo**

*Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, Mestre em Serviço Social pela UFRJ, e Doutorando em Serviço Social pela PUC/SP.*

[charlestoniolo@yahoo.com.br](mailto:charlestoniolo@yahoo.com.br)

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 485-527

2019

O presente texto é a tradução do original em inglês, “*Social Work’s horrible histories: collusion and resistance*”. Trata-se do Capítulo Quatro do livro “*Global Social Work in a political context: radical perspectives*”, publicado em 2018, pela Editora Policy Press, da Universidade de Bristol. A partir de documentação histórica pesquisada em vários países, o texto relata histórias e práticas profissionais de assistentes sociais no século XX durante regimes ditatoriais e/ou colonialistas existentes na Alemanha, Espanha, Grécia, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, África do Sul, pautadas por autoritarismo e com fortes influências do eugenismo. O presente texto em português foi originalmente publicado em redes sociais, em outubro de 2018, e passou por nova revisão para a publicação oficial em revista científica.

\* \* \*

## **APRESENTAÇÃO DO TRADUTOR: ALERTAS AOS LEITORES DESTA TRADUÇÃO**

Que papel cumpre o Serviço Social diante do nazifascismo e outros regimes autoritários? O que podemos aprender com a história?

A tradução deste material acontece em um momento crucial e deveras definitivo na conjuntura política brasileira para as próximas gerações. E foi essa mesma conjuntura que nos provocou a dedicar um período dos estudos sobre o Serviço Social no mundo, a fim de acelerar a tradução para o português e a divulgação no Brasil do presente texto. E é por este objetivo que também incluímos, neste material, imagens retiradas de registros históricos disponíveis *online* que ilustram as situações apresentadas – elas não aparecem no texto original; e sua inclusão, bem como de suas legendas, é de inteira responsabilidade do tradutor.

Para além do trato acadêmico que o tema merece – de estudar com toda a profundidade possível a “cumplicidade” (conforme o título do texto sugere) do Serviço Social com o nazismo alemão, com o fascismo espanhol, com o colonialismo imperialista na África e na Oceania e com regimes autoritários, como o da Grécia, nos anos 1960/70, e até mesmo em algumas democracias como a dos Estados Unidos – entendemos que precisávamos acelerar a divulgação do conteúdo desse capítulo após os resultados do primeiro turno das eleições de 2018 no Brasil, principalmente, mas não apenas, entre assistentes sociais.

As histórias aqui contadas estão documentadas, conforme a bibliografia utilizada pelos autores, registrada ao final do presente texto. E certamente, no Brasil e em muitos outros lugares do mundo, existem muitas histórias como essas que ainda não foram pesquisadas e reveladas. Como todos poderão ver, os horrores aqui narrados sobre o sequestro de crianças, o trabalho escravo, a separação de crianças de suas famílias, são parte integrante da formação social do Brasil, marcada pela dizimação de povos originários e pela cruel escravidão a que outras raças e etnias (indígenas e africanas) foram submetidas. Um país formado na cultura do autoritarismo não passa imune a práticas como essas.

Entretanto, diante dos discursos que se proliferaram e ganharam força no Brasil no último período, não era possível deixar de observar as semelhanças entre eles e aqueles que são narrados neste texto – e que trouxeram consequências diretas para o Serviço Social, como vocês todos terão a oportunidade de ler e ver por si mesmos.

Contudo, acompanhando o cenário político brasileiro, gostaríamos de, *neste exato momento*, chamar a atenção de assistentes sociais, ao ler este texto, para os seguintes aspectos:

- Reparem em possíveis semelhanças do papel cumprido pelas associações profissionais de Serviço Social nos países em regimes autoritários, e recordem-se da já tão narrada história sobre a participação de autoridades ligadas à ditadura em eventos de assistentes sociais no Brasil durante os anos de regime militar;

- Observem também as semelhanças entre a formação profissional dos assistentes sociais sob o regime fascista de Franco e o que aprendemos sobre o surgimento dos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil e no restante da América Latina;
- Prestem atenção no que os autores falam sobre os efeitos do discurso da “neutralidade profissional” e os resultados que podem produzir quando uma categoria ou um profissional se recusa a se posicionar diante de uma determinada conjuntura e de um quadro político;
- Observem as consequências políticas e sociais da propagação de um discurso nacionalista, tanto nos regimes alemão e espanhol como nas justificativas das ações dos Impérios britânico e dinamarquês, e comparem isso com muitas das falas hoje crescentes no Brasil;
- Outrora o texto reafirmar que eram os judeus o principal alvo das políticas nazistas, negros (e outras raças diferentes da “ariana”) e homossexuais também eram objeto do discurso eugenista dos alemães. No Brasil, é bastante conhecida a existência do racismo religioso, que afeta sobretudo as religiões afrodescendentes – além dos diários assassinatos da população jovem negra, sem mencionar o fato de ser o país um dos campeões de assassinatos da população LGBT no mundo. Isto em um cenário no qual, até outubro de 2018, a desqualificação desses grupos ainda não havia se constituído como política oficial de educação no Brasil. Ainda...;
- Examinem o foco que o regime fascista dava à construção de um modelo de família ideal e as semelhanças com os discursos sobre a família hoje difundidos por alguns líderes políticos e religiosos no Brasil;
- Também observem, com muita atenção, e em todas as situações narradas no texto, os resultados para pais, mães e crianças quando, por alguma razão, as famílias eram consideradas “desajustadas” ou “impróprias”, fora do modelo estipulado;
- Na parte sobre a Alemanha nazista, atentem-se para o discurso produzido sobre a função da mulher na sociedade. Para além da



função reprodutora, ocorria a negação do exercício da sexualidade para o seu prazer (independente da orientação sexual, e mais grave ainda quando esse exercício não possuía nenhuma chance reprodutiva); ser mulher era manter um padrão de beleza “ariano”. Não parecem ser coincidência os constantes ataques que as mulheres que recusam esse padrão vêm sofrendo, ao qualificar as feministas como “feias”, “anti-higiênicas” e outros adjetivos que desqualificam sua suposta “feminilidade”;

- E por outro lado, nos regimes de extremo autoritarismo tanto da Alemanha (nazismo) como da Espanha (fascismo franquista) apresentados neste texto, o papel feminino aparece como central. Chamamos a atenção para as relações com um discurso hoje forte no Brasil – após a deposição de uma mulher Presidenta da República – de valorização de uma mulher “bela, recatada e do lar”, ao lado de uma demonização do papel da mulher como chefe de família, ocupando o lugar histórico dos homens, seja por sua ausência na dinâmica familiar ou pelas próprias condições de existência dessas famílias;
- Tentem perceber as semelhanças existentes entre a classificação de indivíduos e grupos considerados “inadequados” pelo nazismo alemão com os discursos no Brasil hoje proferidos contra nordestinos, população LGBT, adeptos de religiões afrodescendentes, povos originários, indígenas, moradores de favelas e periferias, ativistas de esquerda, feministas, refugiados e defensores de direitos humanos;
- Observem cuidadosamente os discursos produzidos pelos fascistas espanhóis, com amplo respaldo de instituições religiosas, sobre comunistas, militantes de esquerda e ativistas contra a ditadura de um modo geral – e quais foram suas consequências, sobretudo no campo das políticas para a infância e de saúde mental. Propomos que, a partir da leitura, reflitam sobre o termo “esquerdopata” que foi inventado por um intelectual de direita e vem sendo amplamente utilizado para classificar as pessoas com posicionamentos de esquerda;

- Vejam o tratamento dado aos povos nativos e suas diferentes etnias nos países colonizados na África e na Oceania durante o período imperialista, e analisem os discursos proferidos recentemente sobre populações indígenas e quilombolas no Brasil;
- Atentem-se sobre as políticas de acesso à universidade existentes na África do Sul durante o regime do *apartheid* da segregação racial – o que incluía o curso de Serviço Social – e comparem com as críticas que vêm sofrendo as políticas de cotas raciais e sociais para o acesso às universidades no Brasil;
- Percebam os efeitos, para as políticas de assimilação dos povos nativos, do discurso que valoriza a responsabilidade individual pelo sucesso ou pelo fracasso, tal como ocorria nas colônias;
- Leiam ainda sobre o percurso de milhares de crianças institucionalizadas na Inglaterra a partir da “ética do trabalho e do desenvolvimento” e façam uma comparação com projetos hoje apresentados para instituições de acolhimento institucional ou de socioeducação no Brasil;
- Não deixem de reparar nos argumentos utilizados para justificar as políticas de esterilização em massa de mulheres nos Estados Unidos no século XX, a saber, a maior potência capitalista daqueles anos de auge da Guerra Fria. Mas não esqueçam também os discursos, que já chegaram em sentenças judiciais no Brasil, sobre as famílias de mulheres pobres;
- Lembrem que após mais de 400 anos de colonização europeia e décadas de regime imperial no século XIX, o Brasil viveu duas ditaduras durante o século XX – a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1968-1985). E que o Serviço Social brasileiro se legitimou como profissão e viveu um profundo processo de renovação justamente nesses períodos. Assim, pensem que certamente muitas histórias aqui narradas podem ter paralelos com situações vivenciadas pelo Serviço Social no Brasil, ainda não pesquisadas;
- Após ler todo o texto, prestem bastante atenção na conclusão dos autores e construam mediações sobre as reflexões que eles fazem com o cenário brasileiro atual.

Apesar de querermos chamar a sua atenção dos pontos acima durante a leitura, não deixem de considerar algo central nesse texto: *leiam sobre o papel desempenhado pelas políticas sociais* (de bem-estar, de proteção social) e principalmente *o papel cumprido pelo Serviço Social diante delas* – o texto é recheado de exemplos de “cumplicidade”, mas também de resistência. E reflitam sobre os impactos que os nossos posicionamentos podem ter tanto para a profissão como para as vidas das pessoas com as quais trabalhamos, nossos usuários.

De algum modo, muitas análises feitas pelos autores neste texto já foram feitas pela bibliografia que analisa criticamente a profissão no Brasil. Mas ainda assim, esperamos que o conhecimento de outras histórias da história do Serviço Social, denominadas horríveis, contribua para a reflexão do que está em jogo no Brasil em 2018, e o que está em jogo para os próprios assistentes sociais brasileiros.

Registramos aqui o nosso agradecimento aos autores do texto original, em especial ao assistente social e professor Vasilios Ioakimidis, que no processo de coorientação de nossa pesquisa de Doutorado Sanduíche, mas também atento ao que está acontecendo no Brasil, autorizou esta tradução e sua divulgação no Brasil imediatamente após apresentarmos as razões do porquê queríamos fazer o recorte de um capítulo de seu livro – por sinal, todo ele muito interessante para todos aqueles que querem conhecer o Serviço Social no mundo. Assim, avisamos ao leitor que, sendo fiel ao texto original em inglês, mantivemos aqui as referências feitas pelos autores a capítulos anteriores ou posteriores do livro “*Global Social Work in a political context: radical perspectives*”. Mas a velocidade em que as coisas acontecem na conjuntura brasileira exigiu esse recorte. O mundo olha para o Brasil neste momento, e não é diferente entre assistentes sociais de outros países.

Charles Toniolo  
Southend-on-Sea, Reino Unido: outubro de 2018.

## INTRODUÇÃO

Reisch e Andrews (2002: 3) descrevem o Serviço Social como uma profissão sofredora de uma amnésia histórica que “*em uma cultura cada vez mais a-histórica, somos ignorantes daqueles elementos do nosso passado que desafiaram o status quo*”. A preocupação de Reisch e Andrews é recuperar exemplos das histórias radicais da profissão nos Estados Unidos. Este é um trabalho necessário, e no Capítulo Cinco<sup>1</sup>, exploramos o “movimento de reconceituação”, que foi ativo na América Latina nos anos 1960, como um episódio de Serviço Social radical que foi “escondido” da nossa história<sup>2</sup>.

Neste capítulo, todavia, queremos olhar para um aspecto diferente da história do Serviço Social. Nossa visão é que a cultura a-histórica no Serviço Social que Reisch e Andrews descrevem tem também o efeito de suprimir a discussão do que denominamos “Horrríveis histórias” do Serviço Social. A principal corrente que versa sobre as histórias de Serviço Social frequentemente retrata uma profissão bondosa que gradualmente se envolveu e se desenvolveu para o apoio a pessoas que viviam momentos de necessidades, uma profissão inerentemente benevolente que com frequência luta por reconhecimento (para uma crítica desta visão, ver Harris, 2008). No coração de tais abordagens está a crença de que os problemas sociais têm pouco a ver com a maneira como nossas sociedades são organizadas. Por esta razão, explorar histórias sociais ou políticas do Serviço Social não nos daria informações suficientes sobre o “aqui e agora” do funcionamento da profissão. De fato, tal curiosidade poderia até prejudicar a profissão por meio da exumação de aspectos impopulares das atividades passadas da profissão.

---

1 N. do T. O título do capítulo a que se referem os autores é “Serviço Social como uma práxis para a libertação: o caso da reconceituação latino-americana [Social work as a praxis for liberation: the case of Latin American reconceptualisation]”.

2 N. do T. Observem como essa afirmação revela que ainda carecem de maior circulação internacional experiências históricas de Serviço Social.

Em contraste, neste capítulo e no Capítulo Cinco, argumentamos que o Serviço Social, como uma profissão controvertida, tem uma história complexa e dividida: dentro da profissão há exemplos de Serviço Social que são inspiradores; tão bons como aqueles que são, francamente, vergonhosos. É da nossa argumentação que precisamos aprender e celebrar os períodos em que o Serviço Social atingiu grandes proporções e abraçou a luta por um mundo mais e mais justo, quando o Serviço Social estava preparado para “falar a verdade ao poder” e quando a profissão estava claramente alinhada com os interesses dos marginalizados e excluídos. Do mesmo modo, sugerimos que também devemos estar cientes e refletir sobre os períodos em que assistentes sociais se envolveram em práticas que reforçaram a opressão e a exploração no interesse dos poderosos. Esses episódios sombrios enfatizam o que um trabalho social voltado aos interesses dos poderosos pode significar tanto para os assistentes sociais quanto para aqueles que usam nossos serviços. Mostram também que a relutância do Serviço Social em lidar com as injustiças históricas, que afetam tanto a profissão como as pessoas com quem trabalhamos, prejudica potencialmente a profissão.

Começamos esboçando um exemplo que vem da Grécia, onde décadas de tensão política e supressão de direitos civis culminaram numa junta militar de sete anos (1967-74). Muito da resistência contra a ditadura veio de pessoas jovens, em sua maioria estudantes das escolas e universidades. Quando os militares encontraram dificuldade para controlar “os jovens rebeldes” e muitos professores pareciam também estar politicamente de acordo com a questão, a Associação Grega de Assistentes Sociais [*Greek Association of Social Workers*] (GASW) pareceu disposta a recorrer à assistência do Estado. The GASW iniciou uma campanha de relações públicas e comunicou ao ditador:

Os assistentes sociais ainda não foram utilizados nas escolas. Eles podem desempenhar uma grande função neste contexto. Não só fornecendo diagnóstico precoce de possíveis dificuldades – algo que até os professores podem fazer – mas identificando as razões familiares, sociais, fisiológicas e biológicas de tal morosidade. (GASW, 1968: 2).

O Ministro de Bem-estar da ditadura, em resposta, circulou um memorando intitulado “Providências para assistentes sociais e sua utilização profissional”, aventando que:

O governo grego durante a reforma trabalhista geral em andamento cuidará de todas as demandas existentes do Serviço Social ... Por outro lado, nós realmente apreciamos a contribuição dos assistentes sociais na implementação construtiva de programas sociais ... O ministério de serviços sociais tomará as medidas apropriadas para a vantajosa e coerente organização dos assistentes sociais em comissão. (Ioakimidis, 2011: 515).

A GASW celebrou tal colaboração, tranquilizando o Coronel Papadopoulos, cabeça da junta militar, com a seguinte informação: “*Todos os 600 assistentes sociais atualmente qualificados são capazes de enfrentar e resolver as questões de ajustamento social*” (GASW, 1968). No mesmo ano (1970), a GASW reforçou ao governo que assistentes sociais “*estão cientificamente melhor preparados do que professores para prevenir a turbulência social [nas escolas]*” (Ioakimidis, 2011: 515).

Muitos assistentes sociais contemporâneos achariam tais comunicações cordiais, entre uma cruel ditadura e as agências representativas dos assistentes sociais, difíceis de compreender. A ideia de que assistentes sociais puderam colaborar com os militares a fim de suprimir o ativismo pró-democracia soa mistificadora e definitivamente não se encaixaria com a pressuposta “função bondosa” e a ética kantiana promovida pelo discurso das principais correntes do Serviço Social<sup>3</sup>.

Alguns podem querer focar na “moralidade fraca” dos profissionais do Serviço Social envolvidos nos eventos que acabamos de descrever e desprezar esses episódios como sendo isolados e raros. Entretanto, as perturbadoras histórias de Serviço Social que discu-

---

3 N. do T. Elementos de como isso ocorreu no Brasil entre o Serviço Social e a ditadura civil-militar, ver Netto (2004) e CFESS (2009) – conhecidos textos e episódios do Serviço Social brasileiro.

timos neste capítulo não podem ser recusadas como meras peculiaridades históricas, nem podemos delas nos distanciar culpando os assistentes sociais individuais envolvidos, e ao mesmo tempo, absolver a profissão de qualquer responsabilidade. Ao invés disso, sugerimos que, com a intenção de entender esses eventos, levemos em consideração todos aqueles amplos – e frequentemente contraditórios – parâmetros que dão forma à sociedade e influenciam as ações das pessoas, instituições e grupos organizados. Tal processo pode ser difícil e doloroso, mas é também necessário para nos ajudar a responder questões cruciais sobre a natureza contraditória própria da profissão.

É preciso explorar alguns dos mais sombrios capítulos da história do Serviço Social através do prisma político dos períodos históricos particulares dentro dos quais eles ocorreram. Para fins analíticos, categorizamos essas histórias em duas amplas e inter-relacionadas seções. Na primeira seção, exploramos a função do Serviço Social no processo de construção de cima para baixo do tipo ideal de família conforme estabelecido e construído pelas elites dominantes. A segunda seção vai além dos limites da família e explora o envolvimento do Serviço Social em “experimentos” mais amplos da engenharia social com consequências catastróficas para comunidades inteiras.

## **FILHOS DA NAÇÃO, FILHOS DO IMPÉRIO**

Preocupação com a natureza, valores e evolução da instituição da família foram centrais para a história do Serviço Social. Nas sociedades capitalistas, tal preocupação sempre refletiu o desejo do Estado de garantir a perpetuação das famílias da classe trabalhadora como uma unidade disciplinada de produção e consumo. Serviços de bem-estar foram e são instrumentos neste processo.

A dicotomia “proteção e controle” dos Estados de Bem-estar Social, discutida nos capítulos anteriores<sup>4</sup>, não encontra mais com-

---

4 N. do T. Os títulos dos capítulos anteriores são, respectivamente: “A economia política do Serviço Social [*The political economy of social work*]”;

pleta expressão e potência do que no contexto dos serviços à família, pois embora nos mais avançados Estados capitalistas o sistema de bem-estar tenha sido capaz de prover diversificados níveis de proteção, o elemento de rigoroso controle social dos mais pobres na sociedade sempre esteve presente. No Ocidente, estes casos podem estar ligados, mais notavelmente, com a ascensão de teorias de eugenia e suas preocupações pseudocientíficas com a criação da “raça superior”. No Sul pós-colonial e transnacional, brutais e frequentemente genocidas “políticas para a família” foram primariamente ligadas ao colonialismo e às políticas de assimilação.

## ***Alemanha Nazista***

O mais notório exemplo da cumplicidade do Serviço Social está relacionado com a prática de assistentes sociais, jovens e comunitárias, na Alemanha Nazista. Walter Lorenz (2004: 33) sugere que nos anos 1920 e 1930, *“uma vez que emanou na equipe dos serviços sociais mais diretamente sob o controle estatal a posição de neutralidade de valor demonstrou sua cegueira ao mau uso político mais catastrófico na Alemanha de Hitler”*. A política social neste contexto tinha um duplo propósito: de um lado, visava segregar física e socialmente e exterminar aquelas famílias e indivíduos “indignos” de serem cidadãos do Reich (ver próxima seção); de outro lado, focava em educar a família e assegurar que seus membros tivessem um claro entendimento da função diferenciada requerida pelo Estado.

As atribuições esperadas dos homens nesse contexto primeiramente incluíam as funções de ser um provedor, um bom cidadão, e um bom soldado. O papel das mulheres, por outro lado, estava quase exclusivamente determinado pela sua missão como mães. O Estado nazista esperava que as mulheres abandonassem suas carreiras, ti-

---

“Neoliberalismo, Serviço Social e o Estado: recuo ou reestruturação? [*Neoliberalism, social work and the state: retreat or restructuring?*]”; “A privatização do serviço social e da proteção social [*The privatisation of social work and social care*]”.



vessem vários filhos, cuidassem da família e ajudassem a criar, física e culturalmente, o perfeito “ariano”. Isto foi resumido pela sugestão de Goebbels<sup>5</sup> de que “*O papel das mulheres é serem bonitas e trazer crianças para o mundo*” (HASTE, 2001: 74).

As políticas de Estado para assegurar a realização bem-sucedida de todos aqueles objetivos foram implementadas através de um sistema de gratificações baseado em créditos generosos e elogios morais. Assistentes sociais e pedagogos sociais foram diretamente envolvidos no processo de monitorar o desenvolvimento das famílias e doutrinar as crianças. Das mulheres jovens era esperado manterem-se saudáveis, ocupar e devotar suas vidas à infame ideia d’ “Os 3 K’s – *Kinder, Küche, Kirche* (Crianças, Cozinhar, Igreja)”.

A educação formal e informal das crianças primeiramente focou em como se tornar cidadãos bons e obedientes. Em sua mais sinistra dimensão, o sistema educacional doutrinava crianças na pseudociência da eugenia, ao mesmo tempo em que as encorajava a se ligar às Organizações da Juventude Nazista e preparar para a inevitabilidade da guerra:

Deveria haver duas ideias educacionais básicas no Estado ideal [de Hitler]. Primeiro, deve haver um incendeio dentro do coração e mentes da juventude do senso de raça. Segundo, a juventude alemã deve ser preparada para a guerra, educada para vitória ou a morte. O objetivo final da educação era moldar cidadãos conscientes da glória do país e ocupados com uma devoção fanática para a causa nacional. (Zentner and Friedmann, 1991: 79).

Parte da educação da juventude alemã, frequentemente facilitada por assistentes sociais e pedagogos sociais, incluía visitas de campo a centros de detenção de pessoas com deficiência. Estas visitas eram usadas como “shows de aberrações” onde a juventude alemã podia testemunhar as “realidades” da hierarquia racial em primei-

---

5 N. do T. Joseph Goebbels foi Ministro da Propaganda Nazista na Alemanha entre 1933 e 1945.



Propaganda eleitoral nazista – o modelo de família da “raça superior” ariana com a mulher “bela, recatada e do lar.”

Fonte: [ograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/a-vida-de-uma-simples-mulher-na-alemanha-nazista](http://ograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/a-vida-de-uma-simples-mulher-na-alemanha-nazista)

ra mão. Autoridades nazistas focavam na “reconstrução” da família ariana, os serviços sociais também se concentravam na remoção de crianças “defeituosas” da comunidade. Johnson e Moorhead (2011) explicam que esta política foi desenvolvida por duas razões: primeiro, como um resultado da política de eugenia social do dia; e, segundo, para enviar uma mensagem à comunidade que o governo nazista estava no controle da vida pública e privada dos cidadãos alemães. Assistentes sociais eram ativamente envolvidos nesses programas e trabalhavam em proximidade com autoridades na identificação de

crianças “indignas” e facilitando seu extermínio (Kunstreich, 2003). Johnson e Moorhead (2011) sugerem que:

Já em 1934, os tribunais de saúde genética foram criados com o único propósito de reforçar as leis e os decretos de saúde nazistas. Documentos desta época revelam que os oficiais da saúde pública, médicos, professores, e assistentes sociais eram também requisitados para informar sobre crianças que fossem consideradas com deficiência ou que tivessem problema emocional.

De acordo com Giles (1992, citado em Johnson e Moorhead, 2011), assistentes sociais e enfermeiros tinham a responsabilidade de apresentar a documentação oficial com as considerações dos indivíduos que eles consideravam inadequados.

### ***Espanha sob Franco***<sup>6</sup>

Embora as políticas de criação da família ideal fossem centrais para a missão do Serviço Social na maior parte dos países europeus, foi nos países que experimentaram governo militar que tal missão assumiu o caráter de uma “cruzada” ideológica. De fato em muitos países europeus, a ideia de desenvolver a profissão de Serviço Social foi em si mesma concebida e nutrida pelos regimes militares. Na Espanha, o breve exemplo progressista durante a guerra civil (1936-39) ofereceu às mulheres e crianças um vislumbre de uma sociedade alternativa baseada nos princípios de solidariedade, justiça social e igualdade de gênero. Estes foram os mesmos princípios que o regime militar de Franco, que emergiu vitorioso depois da guerra civil, tentou obliterar. Já em 1937, o regime de Franco reconheceu a importância dos serviços sociais no terreno das ideias. No ganho de “corações e mentes”, políticas para a família e para a proteção da criança eram essenciais.

---

6 N. do T. Francisco Franco, o fascista espanhol que foi chefe do Estado entre 1936 a 1975.

Os serviços sociais espanhóis sob Franco foram inicialmente modelados a partir dos serviços na Alemanha nazista. Eles requereram o trabalho não pago de mulheres, restringiram os direitos políticos das mulheres, foram construídos na base da absoluta disciplina e obediência, e adotaram grotescas noções de purismo racial. Seguir o modelo nazista significava que as mulheres na Espanha de Franco tinham perdido o controle e o domínio sobre seus corpos. As mulheres foram vistas exclusivamente como mães, de quem a primeira missão era conceber, prover “as crianças da nação”. Manter a pureza da raça era de máxima importância.

Na Espanha, diferente de na Alemanha nazista, o conceito e a celebração da “raça” não eram obcecados com a aparência física, mas primeiramente focados na construção de uma entidade nacional cultural, social e política bem definida. Neste caso, não tanto os judeus ou os deficientes eram o inimigo, mas o comunismo e a modernidade. Isto foi resumido na descrição da pureza nacional de Castro Villacañas<sup>7</sup> (1948):

Nós queremos que nossos amigos, nossos funcionários e nossos noivos sejam espanhóis. Nós queremos que nossas crianças sejam espanholas. Na nossa sagrada Espanha nós só queremos nossas tradições. Se você quer chamar isto de nacionalismo, isto está bem pra mim. Nós não queremos o progresso, o romântico, liberal, capitalista, burguês, judaico, protestante, ateu e o massônico yankee progresso.

De fato, a Igreja católica cumpriu uma função-chave no desenvolvimento dos serviços sociais que estariam totalmente compatíveis com estes princípios. O anticlericalismo da Segunda República foi substituído por anticomunismo e como a mais importante missão da Igreja católica espanhola<sup>8</sup>. Esta nova cruzada do catolicismo es-

---

7 N. do T. Antônio Castro Villacañas foi membro do Conselho Nacional do Movimento, instituição espanhola que deu sustentação política e ideológica à ditadura franquista.

8 N. do T. No Brasil é bastante conhecido e amplamente divulgado texto de Castro (2000), que revela as fontes católicas desse posicionamento, por meio das Encíclicas Papais.

panhol visou a “*a hidra da revolução social e política que floresceu com a república*” (González Duro, 2008). Quase todas as escolas de Serviço Social na Espanha do período estavam sob o direto controle da Igreja. O currículo e os processos admissionais asseguravam que as chances de “contaminação política” entre os estudantes de Serviço Social e seus praticantes eram mínimas<sup>9</sup>. O Catolicismo Nacional, incondicionalmente subordinado ao regime fascista, estava diretamente no comando dos serviços sociais e da formação em Serviço Social.

Pelas primeiras décadas da ditadura, aos assistentes sociais – de quem o perfil desejado era aquele das “exemplares senhoras da Caridade” – foram atribuídas funções paternalistas e de orientação assistencial em relação ao auxílio e ao controle moral dos pobres (Sanz Cintora, 2001, citado em Martinez, 2017).

Martinez (2017: 74) sugere que:

A declaração da missão da segunda escola de Serviço Social na Espanha, fundada em Madri no início da ditadura, pode servir para ilustrar a repercussão trazida no campo do Serviço Social sobre o recém-criado regime político. De acordo com a declaração de missão dessa escola, o Serviço Social [assistência social] era “uma área feminina de estudos que objetiva [objetivava] também a preparação de mulheres para servir à sociedade ou uma melhoria de sua educação, com a finalidade de se tornarem boas mães e cristãs.

Além de se concentrar em “ganhar corações e mentes” e moldar a nacionalidade pura do “Novo espanhol”, os serviços de bem-estar sob Franco estiveram ativamente envolvidos em um dos mais sombrios capítulos na história moderna da Espanha. Apesar da repressão que as famílias de esquerda e republicanas enfrentaram após o fim da guerra civil ter sido bem documentada, só recentemente as

---

9 N. do T. Além do já citado texto de Castro, que discorre sobre essa realidade na América Latina, não é possível não citar aqui o clássico texto de Yamamoto e Carvalho (2005), que demonstra as intrínsecas relações entre Igreja, anticomunismo e o surgimento do Serviço Social no Brasil.

histórias sobre o sequestro e tráfico de bebês começaram a ser discutidas e investigadas abertamente. O “Pacto de Esquecimento” (*“El Pacto del Olvido”*) espanhol, introduzido em 1975 depois da morte de Franco, que proibiu pesquisas e investigações nas atrocidades do regime, não foi suficiente para impedir as centenas de famílias, cujas crianças tinham desaparecido misteriosamente de hospitais e instituições de bem-estar, de exigirem justiça. Durante um período de mais de 30 anos depois da guerra civil, os serviços sociais estavam implicados em um mecanismo ilegal construído por oficiais do Estado e da Igreja que objetivava raptar crianças – em sua maioria de famílias pobres e de esquerda – e oferecer a elas a adoção ilegal a famílias “de mentalidade nacionalista” (BBC, 2011b). No epicentro destas revelações estava a Igreja católica, que, passado um período de metade de um século, serviu como o aliado mais próximo do franquismo. A Igreja católica construiu e controlou um nexo de instituições de bem-estar ideologicamente obedientes ao franquismo, e a própria formação e prática em Serviço Social emergiu como um produto histórico deste período. Gómez e Buendía (2009: 2) sugerem que tal foi o controle da Igreja católica sobre a formação em Serviço Social no período imediato pós-guerra civil, que o principal currículo era dividido em três seções principais, todas diretamente promovendo o moralismo religioso alinhado com a agenda política de Franco:

O currículo consistia de três cursos e cada um deles estava estruturado no treinamento religioso. O primeiro curso, genericamente chamado “Educação Religiosa”, girava em torno de quatro disciplinas: Psicologia Geral, Sociologia Geral, Metodologias do Serviço Social e Práticas do Serviço Social. O segundo curso, também chamado Educação Religiosa, era menos genérico e preocupava-se com a Doutrina Social da Igreja. Enfatizava os temas: Psicologia Genética e Diferenciada, Estrutura Social, Serviço Social Individualizado e Grupal, e as Práticas do Serviço Social. O terceiro e último curso, novamente chamado Educação Religiosa, estabelecia o código moral que ia muito além dos códigos de ética profissional de hoje.

O legado ideológico deste período é reconhecido por Vázquez (1970: 40), que sugere que:

A iniciativa de profissionalizar o Serviço Social começou no setor católico. Conseqüentemente, durante muitos anos, o conteúdo dos programas de estudo, o desenvolvimento das escolas de Serviço Social, e sobretudo, a orientação dada às atividades profissionais têm uma marcante qualidade confessional. Para fazer justiça às suas origens, aqueles que estudaram os serviços sociais espanhóis não podem ignorar a qualidade confessional de suas gêneses.

A noção de Serviço Social como uma reação política aos movimentos sociais não estava sempre direcionada a famílias e a crianças. Na Espanha durante o período de Franco, ativistas eram rotineiramente descritos como doentes mentais e encarcerados em instituições de saúde mental. Um abrangente e recente estudo sobre a patologização do ativismo político revela como toda a concepção psiquiátrica franquista foi construída na noção de degeneração intelectual causada pelas ideias comunistas (González Duro, 2008); reveladoramente, o estudo era intitulado “Os vermelhos não eram loucos”.



Junho de 2018 – Os “esquerdopatas” do período da ditadura fascista espanhola, participando de uma manifestação durante o julgamento dos casos dos bebês sequestrados e enviados para adoção a famílias nacionalistas na era franquista, com a ajuda das instituições e profissionais ligados à Igreja.

Fonte: <https://pt.euronews.com/2018/06/26/comecou-julgamento-sobre-bebes-roubados-no-franquismo>

---

## Grécia

Questões similares também foram levantadas na Grécia. Quase 60 anos depois do fim da guerra civil, e embora a sinistra prática de “recolhimento de crianças” (isto é, a remoção de crianças das famílias de esquerda) estar confirmada e documentada, sua extensão e impacto nas milhares de crianças e famílias é ainda considerada uma questão de tabu. Uma pesquisa no Serviço Social grego sugere que a profissão estava tão imersa nas políticas de “recolhimento de crianças” que quase *todos* os profissionais de Serviço Social tinham nos anos 1950, de um jeito ou de outro, se envolvido nas notórias “colônias infantis” (Ioakimidis, 2011).

As crianças das regiões controladas pela esquerda grega foram removidas para essas instituições, que se assemelhavam às casas de correção do século XIX. Elas eram separadas de suas famílias e eram submetidas a lavagens cerebrais e tortura sistemática. Mando Dalianis, em seu incomparável longitudinal estudo que inclui entrevistas com crianças afetadas no período de 30 anos, forneceu evidências da natureza horrorosa daquelas instituições (Mazower e Dalianis, 2000). Como ela explica, nas colônias, a vivência das crianças era um conjunto difícil de atividades destinadas principalmente ao combate ao comunismo, tanto no campo de batalha como nas comunidades locais e apenas secundariamente para responder a algumas necessidades humanitárias imediatas:

As condições nestas vilas de muitas maneiras se assemelhavam à vida na prisão e havia o mesmo senso rígido de uma divisão entre mundos “interno” e “externo”, separados usualmente por muros ou cercas de arame farpado. Elas eram conduzidas em filas quase militares, frequentemente por ex-oficiais, que empregavam punições corporais e faziam as crianças usarem uniformes. Cartas eram censuradas, assim como em uma prisão, e a atmosfera era geralmente hostil. Como em uma prisão, não havia relógios ou calendários, e o dia era regulado pelo toque de um sino. As crianças estavam em mar-



cha em todos os lugares, mesmo nas ocasionais visitas ao mundo externo, ao cinema ou ao parque local. A maior parte dos professores eram indiferentes ou cruéis em suas cobranças, embora houvesse algumas exceções. (Mazower and Dalianis, 2000; 99).

É importante ressaltar que, nestes contextos, o Serviço Social era concebido, desenvolvido e apresentado como uma respeitada “ciência da caridade” em oposição aos princípios de solidariedade inspirados nos movimentos socialistas. De fato, tanto na Espanha (no período anterior às diretrizes republicanas durante a guerra civil) como na Grécia (durante os anos da Resistência Nacional), as sociedades já tinham experimentado curtos, porém prósperos períodos de desenvolvimento alternativo das estruturas sociais e das instituições. Estas alternativas sociais foram baseadas em igualdade de gênero, coletivismo, democracia direta e solidariedade. Em ambos os casos, as mulheres experimentaram um breve período de relativa emancipação e ativo envolvimento político antes de serem forçadas a retornar para o lar e para a família, o que era frequentemente retratado como seu “reino natural”. Neste sentido, o Serviço Social forneceu uma resposta ideológica para as políticas de base da solidariedade social, uma única resposta com os pés postos em ideias nacionalistas e na opressão das mulheres. Estas ideias eram frequentemente lançadas pelas mulheres da aristocracia local. Como Vervenioti (2002: 115) argumenta:

20 mulheres da classe mais alta, da missão chamada Fundo das Senhoras da Rainha, puxavam o cordão das mulheres. Elas, como reprodutoras biológicas e ideológicas, na condição de “operadoras culturais” da nação grega, substituíram o governo nos assuntos internos e externos de forma muito eficaz no empreendimento de “salvar as crianças”... Enquanto as mulheres gregas tinham o *status* legal de menores, as mulheres de direita eram cruciais na definição dos modelos e das pautas específicas do governo grego oficial.



Menino e menina usando os uniformes das “colônias infantis” no período da ditadura militar na Grécia, após terem sido retirados da convivência das suas famílias, consideradas “inadequadas” por serem de esquerda. Atenção para a “postura” delas na foto.

Fonte: <http://metaxas-project.com>

A separação da formação em Serviço Social do setor universitário até 1994 assegurou que o treinamento estivesse unicamente sob a responsabilidade das instituições de caridade ligadas às “Senhoras da Rainha” e a instituições da Igreja. Até a metade dos anos 1960, a vasta maioria dos estagiários do Serviço Social tinham que frequentar pelo menos um campo de estágio ligado a crianças que requeriam “proteção do comunismo e educação nacionalista”. A GASW, desesperada para obter o nível de reconhecimento profissional em nível de igualdade com altos funcionários públicos, foi cúmplice destas práticas ao longo deste período. Durante a ditadura militar de 1967-74, a GASW se esforçou para promover a si mesma como a

principal aliada da junta que poderia efetivamente garantir controle social nos cenários escolares de alunos rebeldes.

***Serviço Social colonial e crianças indígenas:  
Canadá, Austrália e Dinamarca***

Enquanto as sombrias histórias do Serviço Social europeu estavam concentradas principalmente com a construção de um espírito nacional, de uma família obediente e racialmente superior, nos países do capitalismo periférico a profissão foi exportada como um instrumento de potência colonial. A Primeira Conferência Internacional de Serviço Social ocorreu em Paris em 1928. O fato de terem comparecido 2500 delegados de 42 países sugere que até a terceira década do século XX, havia mais do que interesse suficiente entre os trabalhadores do bem-estar em “internacionalizar” a profissão. Em um período esmagadoramente definido por contradições internas e externas do colonialismo, o Serviço Social não estava somente influenciado pelas políticas coloniais, mas parecia ser o produto direto de uma era em que “*o número de governantes oficialmente chamados, ou considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores do título de ‘imperadores’, estava no seu máximo*” (HOBSBAWN, 1987: 56). Como o caráter da colonização no século XIX e início do século XX deslocou de um sistema principalmente “mercantil” para um sistema mais complexo de produção e unificação de mercados, a proeminência de expansão de capital significou que os velhos métodos militares de colonização poderiam ser substituídos com sucesso por meios de unificação de mercado e assimilação cultural.

No contexto de partilha da riqueza e do território mundiais entre um punhado de Estados, estes cálculos tinham um duplo objetivo: de um lado, potências coloniais estavam “unidas” em suas preocupações de garantir seu controle sobre as populações nativas por meio da supressão de sua autodeterminação; de outro lado, estavam presas a um vicioso antagonismo uns contra os outros pela dominação global. Este último provocou duas guerras mundiais e inúmeras

ros conflitos regionais. O primeiro exigiu uma variedade de métodos “suaves” (assimilação, opressão das culturas locais, a reconfiguração das instituições sociais, burocratização e modernização das economias locais) e métodos “duros” (subordinação violenta, segregação, privação de direitos e as políticas de terror). O desenvolvimento do Serviço Social foi invariavelmente visto como um método “suave” para a perpetuação da regra colonial através do controle social e a reconfiguração das instituições socioculturais.

Apesar de a emergência do debate da “indigenização [*indigenisation*]”<sup>10</sup> nos últimos anos ter gerado alguns argumentos interessantes e desafiado a natureza colonial do Serviço Social, não foi dada muita atenção aos modos utilizados pelos assistentes sociais para desempenharem um papel fundamental nas políticas repressivas de assimilação. Nestes contextos, os serviços sociais ativamente tentaram suprimir as culturas indígenas e estender forçosamente os valores coloniais nas comunidades nativas. Mais uma vez, a instituição da família nuclear passava a ser considerada como o “estandarte de ouro”. Abordagens individualizadas para a proteção da criança também foram usadas como uma medida quantificável do sucesso da assimilação. Inevitavelmente, estas abordagens falharam espetacularmente, e deixaram milhares de famílias nativas na miséria e sofrimento. Não seria um exagero afirmar que estas políticas nunca foram destinadas a serem bem-sucedidas de qualquer maneira. Por definição, o processo de assimilação pré-designava condições que conduziriam à alienação, marginalização e estigmatização das populações nativas com o objetivo de justificar mais intervenções estatais draconianas. O infame *Canada Scoobs*<sup>11</sup>, por exemplo, um metódico processo de separação infantil das famílias nativas, ofe-

---

10 N. do T. Ações adotadas em países com históricos de colonização, de resgate e valorização da cultura e dos remanescentes dos povos nativos e aborígenes (originários).

11 N. do T. Políticas desenvolvidas no Canadá a partir dos anos 1950, mas com grande força nos anos 1960 – por isso também é conhecido como “Sixties Scoobs”. Tratava-se de retirada (ou sequestro) de crianças indígenas de suas comunidades e famílias originais para serem adotadas por outras famílias, algumas passando por instituições (ou nelas permanecendo até a idade adulta).

rece um sóbrio exemplo da drástica assimilação sob o pretexto da proteção social. De acordo com a Comissão de Implementação da Justiça Indígena [*The Aboriginal Justice Implementation Commission*], dentro do período de aproximadamente 20 anos (do início dos anos 1960 ao final dos 1980) o sistema de bem-estar à criança

separou crianças indígenas de suas famílias, comunidades e culturas, e as colocou na sociedade dominante. Os trabalhadores do bem-estar da criança retiravam as crianças de suas famílias e comunidades porque eles consideravam que os melhores lares para as crianças não eram os lares indígenas. O lar ideal inculcaria os valores e estilos de vida com os quais eram familiares aos próprios trabalhadores do bem-estar da criança: branco, lares da classe média branca, bairros de classe média. Comunidades indígenas, bem como pais e famílias indígenas eram consideradas “inadequadas”. Como resultado, somente entre 1971 e 1981, mais de 3400 crianças indígenas foram enviadas para longe a pais adotivos em outras sociedades, e algumas vezes em outros países. (The Aboriginal Justice Implementation Commission, 1999).



”Uma criança está esperando” – anúncio em jornal de crianças disponíveis para adoção, após terem sido retiradas das comunidades indígenas de origem por profissionais dos serviços de bem-estar canadenses, por serem considerados lares impróprios (o “Canada Scoobs” ou “Canada Sixties”).

Fonte: <https://www.neogaf.com/threads/canadian-government-to-announce-800-million-settlement-for-sixties-scoop-victims.1443698/>

Da mesma maneira, na Austrália, o Ato de Proteção Indígena 1869 [*Aboriginal Protection Act 1869*] deu à administração colonial poderes tão extensos sobre as vidas das crianças indígenas que as experimentações comunitárias de assimilação por meio do sistema de proteção à criança se tornaram conhecidas como “gerações roubadas”. A função repressiva dos assistentes sociais australianos foi evidenciada no recente Relatório do Inquérito Nacional sobre a Separação de Crianças Aborígenes Habitantes das Ilhas do Estreito de Torres de Suas Famílias [*Report of the National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families*] (NISATSIC, 1997), que admite o fato de que assistentes sociais rotineiramente usavam alegações infundadas de negligência com o objetivo de retirar crianças de famílias indígenas. O relatório declara que:

As crianças eram ainda retiradas em massa, mas não porque elas estavam na região dos brancos. Havia assistentes sociais que adentravam de casa em casa para olhar armários e coisas assim e diziam que as crianças eram negligenciadas (evidência Molly Dyer 2019, falando das práticas do Conselho Vitoriano de Bem-estar Indígena [*Victorian Aboriginies Welfare Board*] nos anos 1950). (NISATSIC, 1997: 28).

Um caso menos conhecido de cumplicidade do Serviço Social com a assimilação colonial ocorreu na Groelândia no início dos anos 1950. Envolveu práticas de bem-estar de organizações de caridade dinamarquesas na tentativa de “modernizar” a Groelândia através da criação de uma nova e reeducada geração exposta aos avanços do estilo de vida dinamarquês. Como parte desse projeto de engenharia social, oficialmente descrito como “experimento”, inúmeras crianças foram forçadamente retiradas de suas comunidades na Groelândia e encaminhadas para famílias adotivas de classe média na Dinamarca. A imprensa dinamarquesa foi rápida em celebrar o sucesso do “experimento”: “O estilo de vida aqui na Dinamarca é tão diferente do que com o qual estas crianças selvagens estão acostumadas, mas suas habilidades para se adaptarem são extraordinárias. Conflitos – causados por suas reações à civilização – acontecem muito raramente” (BBC, 2015b).

#### **CRIANÇAS PERDIDAS ESCOCESAS**

*Em 2014, o jornal escocês The Daily Record reportou uma experiência horrorosa com crianças de uma família nas mãos do sistema de proteção escocês nos anos 1950. George, Jimmy e Tommy Clarck foram levados da casa de suas famílias em Greenock e postos em proteção da autoridade local depois de seus pais terem sido considerados incapazes de cuidar deles. “Embarcados” em uma família de uma remota parte da Escócia, os irmãos – que tinham quatro, seis e nove anos de idade – dizem que pelos anos seguintes, eles dormiram em um galinheiro imundo e eram forçados a roubar comida do cachorro para sobreviverem.*

De acordo com a reportagem, os irmãos estavam agora desafiando o sistema a garantir que as chamadas crianças perdidas da Escócia fossem reunidas com seus irmãos. Para George Clarck:

*As pessoas estavam chocadas com o filme, 12 Years A Slave (12 Anos de Escravidão). Mas a Escócia também tem sua própria história vergonhosa de escravidão. Mais de 100.000 crianças foram enviadas de navio, dos abrigos infantis, com destino a Austrália, Nova Zelândia e Canadá, até o final dos anos 1960, para trabalhar em fazendas e fábricas. Houve também crianças como nós, usadas como escravas e mão de obra barata, enviadas pelas autoridades locais por toda a Escócia. ([www.daylirecord.com.uk/news/scotitish-news/secret-slaves-scotland-revealed-3300900](http://www.daylirecord.com.uk/news/scotitish-news/secret-slaves-scotland-revealed-3300900)).*

A terrível experiência de muitas destas crianças foi documentada pelo Projeto Ponte Dourada [Golden Bridge Project] (ver: <https://www.irirss.org.uk/resources/multimedia-learning-materials/golden-bridge>) e também no filme Laranjas e Sol [Oranges and Sunshines].

## “Os filhos do Império” da Grã-Bretanha

A partir da metade do século XIX, autoridades britânicas e um célebre número de instituições de caridade comprometidas com atividades de assistência social foram envolvidas em migração forçada de crianças da Grã-Bretanha para vários países que faziam parte do Império Britânico – especialmente Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Zimbábue (então chamada de Rodésia). Inicialmente, a motivação era uma combinação de uma filosofia de “salvação da criança”, especialmente com um importante número de instituições de caridade cristãs (tais como *Barnardo’s*, *Quarriers* e a Associação de Emigração Católica [*Catholic Emigration Association*]) em que a migração foi retratada como uma “oportunidade” de poupar crianças necessitadas dos perigos físicos e morais das recentes expansões das cidades na Grã-Bretanha industrial. Para o corpo dos governantes locais (como os Sindicatos da Lei dos Pobres<sup>12</sup>), a migração era facilitada porque o custo do transporte de crianças dependentes era de longe menor do que o potencial custo dos cuidados que demandavam em instituições para crianças.

Na segunda metade do século XIX, um largo número de crianças foi enviado para o Canadá em um processo frequentemente apelidado de “abdução filantrópica”. As crianças eram quase sempre menores de 11 de anos de idade, embora algumas fossem ainda mais jovens:

As crianças migrantes tinham em sua maioria entre quatro e quatorze anos e eram usualmente rodeadas e acompanhadas por um guardião da Lei dos Pobres ou por um representante da organização que as enviava. Algumas vezes não havia nenhum representante e a palavra “proteção” não vinha ao caso. (Bean e Melville, 1989: 2).

---

12 N. do T. A Lei dos Pobres inglesa no século XIX e suas relações com o surgimento do Serviço Social na Inglaterra também já foi estudada por autores brasileiros. Ver Martinelli (2003).



Em 1880, 540 crianças foram forçadas a migrar para o Canadá; até 1880, o número subiu para 2104 por ano (Kershaw and Sacks, 2008). “No pico [desta] fase da migração infantil – 1870 a 1925 – pelo menos 25 grandes organizações filantrópicas estavam enviando crianças para o Canadá” (Bean and Melville, 1989: 38). O Canadá permaneceu sendo um importante destino até o final da prática no fim dos anos 1930. Estima-se que 100.000 crianças foram enviadas de navio da Grã-Bretanha para o Canadá entre 1869 e o final dos anos 1930 (Government of Canada, 2016).

As condições asseguradas a essas crianças eram em geral angustiantes. As crianças se mudavam das movimentadas ruas das cidades da Grã-Bretanha e eram colocadas em isoladas fazendas rurais no Canadá, onde tinham que se adaptar intensamente a um clima e a um estilo de vida diferentes. A maioria tinha famílias, mas a migração fazia a separação de suas famílias e das redes de apoio. Elas eram forçadas a trabalhar por longas horas em trabalhos esgotantes, geralmente em condições cruéis e abusivas. Este abuso infantil foi sancionado pelo Estado em grande escala.

Até o começo do século XX (nas cinzas da Guerra dos Boêres<sup>13</sup>), o argumento a favor da migração infantil mudou. Agora *Barnardo's* descrevia suas crianças migrantes como “Tijolos da Construção do Império” (Kershaw and Sacks, 2008: 9). Com uma população imperial com “bom estoque britânico”, o império poderia afastar futuras rebeliões e insurgências (como aquela então recentemente testemunhada na África do Sul na guerra contra os fazendeiros boêres). Um dos primeiros a adotar esta nova filosofia de migração foi Thomas Sedwick, “um assistente social”, que levou 50 jovens meninos para

---

13 N. do T. “Boêres” são colonos ou descendentes de colonos holandeses (mas também alemães e dinamarqueses) estabelecidos na África do Sul entre os séculos XVII e XVIII. A Guerra dos Boêres foi um conflito ocorrido na África do Sul, na transição dos séculos XIX para o XX, entre ingleses e holandeses, pelo controle de dominação daquele território. Foi parte dos conflitos de expansão imperialista que resultariam, entre outras coisas, nas duas Grandes Guerras Mundiais no século XX.

a Nova Zelândia em 1910. Uma vez que deixaram a Grã-Bretanha, ele escreveu ao rei: “*A primeira leva de rapazes da cidade para as fazendas coloniais roga à Vossa Majestade a expressão de nossa respeitosa e humilde devoção por seu Trono e pessoa em nosso Departamento de Domínio da Nova Zelândia*” (citado em Bean and Melville, 1989: 79).

No século XX, o processo de migração infantil estava ligado a filosofias eugenistas. Como disse o Arcebispo de Perth<sup>14</sup> (citado em Humphries, 2011: 12):

Em um tempo em que berços vazios estão lamentavelmente contribuindo para espaços vazios, é necessário procurar as fontes externas do fornecimento. E se nós não abastecermos de nossa própria reserva estamos nos deixando ainda mais expostos à ameaça de milhões de nossas vizinhas raças asiáticas.

As crianças levadas para a Austrália eram averiguadas para se assegurar de que elas tinham boa visão, não tinham pés chatos e uma “disposição saudável” em geral:

A migração infantil para a Austrália... especialmente daquelas de uma sólida reserva anglo-saxã – era encorajada. O vigor físico era importante, e as crianças eram preparadas para viver no sertão dormindo em tendas e aprendendo a nadar. Elas também passavam por uma série de exames médicos... Eles não levaram ninguém que usasse óculos ou que fosse daltônico. (Kershaw and Sacks, 2008: 10).

No final dos anos 1930, a *Fairbridge Society*<sup>15</sup> montou um treinamento em escolas e faculdades na antiga Rodésia do Sul<sup>16</sup> – embora seus primeiros imigrantes não tivessem lá chegado até a Segunda Guerra Mundial. O objetivo inicial foi “*Preencher os espaços vazios do Império com crianças selecionadas de uma consistente reserva pro-*

---

14 N. do T. Perth é uma cidade da Austrália Ocidental.

15 N. do T. Trata-se de uma instituição de caridade no Reino Unido criada no início do século XX.

16 N do T. Nome de uma colônia britânica na África.

veniente das abarrotadas cidades do Reino Unido” (citado em Bean and Melville, 1989: 98). Na Rodésia do Sul, a invenção foi selecionar crianças que poderiam eventualmente se juntar à elite branca local. Para preencher a função designada na estrutura social, as crianças passaram por uma seleção significativa. Eles se encarregaram de testes de QI, aferição de saúde e uma avaliação de antecedentes de sua posição social. As verificações de antecedentes foram realizadas por assistentes sociais treinados – membros da *British Federation of Social Workers* [Federação Britânica de Assistentes Sociais] (Bean and Melville, 1989: 99).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Austrália se tornou o destino mais importante para as imigrantes “crianças do Império”. Há uma estimativa de que 10.000 crianças foram enviadas da Grã-Bretanha para a Austrália entre 1945 e 1970 (BBC, 2006). Como Chenery (2011) observa:

Quando o desolador pós-guerra atendeu à chamada da Austrália por “uma boa reserva de brancos britânicos” para edificar sua população, viu-se uma oportunidade de esvaziar instituições lotadas de vítimas inocentes da pobreza, da ilegitimidade e de lares desfeitos. No tráfico infantil que se tornou conhecido como o programa de migração infantil, custava 5 libras por semana para manter uma criança sob cuidados da Grã-Bretanha, mas apenas 10 shillings na Austrália. Para as instituições que levassem as crianças seria pago um subsídio por cada uma delas. Todas as agências de reputação – Barnardo’s, o Exército da Salvação [*Salvation Army*], a Fairbridge Society, o Lar das Crianças Nacionais [*National Children’s Home*], as Igrejas católica e anglicana – pactuaram o envio de crianças para o outro lado do mundo para “uma vida melhor”. Elas eram consideradas uma categoria atrativa de migrantes, de acordo com o relato, em 1945, de um primeiro ministro para afirmar sua presidência, “por causa da maior facilidade em sua assimilação, adaptabilidade, longa vida útil à frente e moradia mais fácil”.



Crianças britânicas separadas de suas famílias desembarcando na Austrália, despachadas por profissionais das instituições de caridade com a anuência do Estado.

Fonte: <http://www.reporter-am.com.br/britanicos-investigam-deportacao-de-milhares-de-menores-carentes-no-seculo-20/>

---

Era dito às crianças que seus pais estavam mortos – ou que suas mães eram incapazes – mas que elas estavam destinadas a vidas melhores, com camas quentes, estômagos cheios e uma educação apropriada. A realidade foi muito diferente. Como Bean and Melville (1989: 111) observaram, “A história da migração infantil para a Austrália é de muitas maneiras uma história de crueldade, mentiras e fraudes”. Para muitos, também foi um portal para o inferno uma vez que as crianças terminavam em instituições onde abusos físicos e sexuais eram comuns. Aquelas azaradas o suficiente para serem despachadas para os Irmãos Cristãos [*Christian Brothers*] em Bindoon, Tardun e Clontarf<sup>17</sup>, por exemplo, eram submetidas a regulares abusos rotineiros (Bean and Melville, 1989; Humphries, 2011). A história das crianças migrantes, enviadas primeiro através do Império, e depois através do Estado democrático [*Commonwealth*], e conduzidas por instituições de caridade para crianças, com a ciência e o conluio das autoridades locais dos departamentos para crianças – permanece como um dos mais vergonhosos episódios na história do Serviço Social na Grã-Bretanha.

---

17 N. do T. Três localidades australianas.

**MARGARET HUMPHREYS E A CONFIANÇA DAS MIGRAÇÕES INFANTIS**

**[CHILD MIGRANTS TRUST]**

*Em 1986, uma mulher de Adelaide, Austrália, escreveu para Margaret Humphreys (na época, uma assistente social em Nottingham, Inglaterra) afirmando que, aos quatro anos de idade, ela foi enviada para a Austrália, desacompanhada, em um barco da Inglaterra. Ela alegava que essa viagem foi realizada com o total conhecimento das autoridades do Reino Unido.*

*Humphreys a princípio foi incrédula. Entretanto, depois de realizar algumas pesquisas, ela encontrou a verdadeira história. De fato, Margaret Humphreys logo descobriu que até 150.000 crianças foram deportadas de seus lares infantis na Grã-Bretanha e enviadas para fora, para uma “vida nova”, em diferentes partes do Império. A prática continuou a aumentar até o final dos anos 1960.*

*A muitas das crianças foi dito que seus pais haviam morrido, apesar de, na maioria das vezes, isto não ser verdade. A muitos dos pais foi dito que seus filhos foram adotados na Grã-Bretanha – de novo, uma ultrajante mentira. Irmãos foram separados, e para numerosas crianças, isso levou a uma vida de horrendos abusos físicos e sexuais em instituições no oeste da Austrália e outros lugares.*

*Margaret Humphreys implacavelmente fez campanha pelos direitos das crianças migrantes forçadas e suas famílias. Em 1987, ela construiu a Child Migrants Trust – que continua a ter base na Austrália e na Grã-Bretanha.*

*Apesar de sua “descoberta” sobre as Crianças do Império ter sido em 1986, as crianças e famílias não receberam nenhuma satisfação oficial até 2010. Foi apenas em 2017, mais de 30 anos após a “descoberta” inicial, que o governo britânico montou um inquérito oficial no âmbito do mercado da migração infantil.*

## SERVIÇO SOCIAL E DARWINISMO SOCIAL

Como discutimos no início da seção, a posição política e profissional do Serviço Social como um agente do Estado implicou à profissão o desenvolvimento e implementação de políticas familiares repressivas apoiadas por teorias “da Nação”, moralismo e assimilação cultural. Entretanto, foi o envolvimento da profissão nas políticas de segregação racial e exclusão que gerou as mais apavorantes e chocantes histórias em Serviço Social. Uma realidade inconveniente foi o namoro da profissão com a eugenia e o darwinismo social. Jones (1983: 46) demonstrou persuasivamente essa proximidade ideológica quando diz o seguinte:

Desenhadas no darwinismo social, as COS [*Charity Organization Societies*<sup>18</sup>] insistiam que a posição de alguém na estrutura social e econômica no mundo era em larga medida um reflexo do caráter, aqueles na parte inferior da escala sendo os mais deficientes e desorganizados.

A eugenia foi tão influente no trabalho do Serviço Social no começo do século XX que uma revisão das notas dos trabalhos de casos no Reino Unido indicaria quase que com certeza muitas referências sobre esta pseudociência. Ao lado da dependência ideológica ao Estado, estas teorias deterministas ofertavam ao Serviço Social a ilusão de um *status* científico e uma postura que estaria ausente em comparação a outras profissões.

Apesar do flerte do Serviço Social britânico com as grotescas ideias do Sr. Francis Galton<sup>19</sup>, foi na Alemanha nazista onde as teorias eugenistas foram postas de uma forma sistemática e em uma escala industrial. Na Alemanha, a adoção do darwinismo social não foi meramente simbólica nem políticas estatais periféricas. De fato, estas ideias moldaram o núcleo da visão de Hitler. A criação e reprodução da raça ariana não poderia ser alcançada sem uma paralela segregação e eventual extermínio das raças inferiores. A aniquilação

---

18 N do T. Sociedade da Organização da Caridade. Ver Martinelli (2003).

19 N. do T. Pensador inglês a quem alguns atribuem ser o criador da ideia de “eugenia” no século XIX.

daqueles “indignos” de vida era vista como absoluta e como solução final. Dentro de um período de 10 anos (1934-44), milhões de pessoas com deficiências físicas e intelectuais, minorias escravas e comunidades ciganas, e homens e mulheres gays [lésbicas] foram subjugados à detenção em massa, ao trabalho forçado, esterilização e extermínio. O cume catastrófico destas políticas foi o Holocausto, que resultou no assassinato de mais de 6 milhões de judeus.

Assistentes sociais estiveram profundamente envolvidos não apenas no avanço das ideias do darwinismo social, mas também ativamente em sua utilização. Eles se enredaram nos processos de diagnóstico das raças inferiores e na facilitação da detenção daqueles considerados “indignos”. Lorenz (2006: 35) explica que:

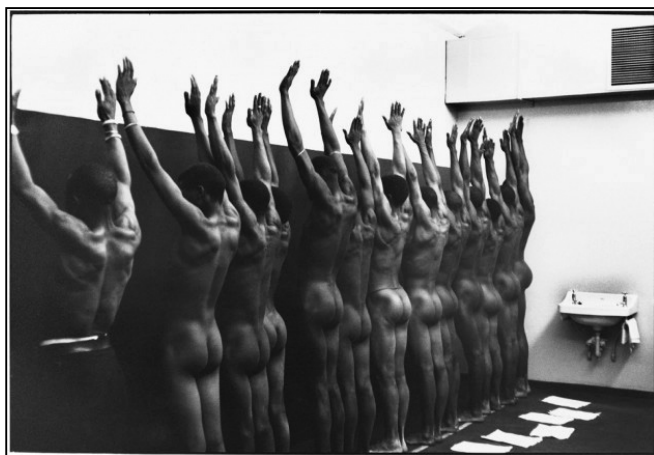
O sistema contava com todos os profissionais de bem-estar, que incluíam relatos de casos nos quais listavam as histórias familiares de epilepsia e alcoolismo e avaliavam as chances de reabilitação de criminosos ou de crianças com dificuldades de aprendizagem. Aderindo à sua tarefa profissional com o ar da neutralidade de valor e do distanciamento científico, eles não se sentiam responsáveis pelas consequências de suas avaliações.

#### ESPERANÇA EM FACE DO HORROR

*Irena Sendlewora era uma assistente social na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial. Ela organizou um pequeno grupo de companheiros para traficar bebês e crianças judias para fora do gueto de Varsóvia entre 1942 e 1943 e colocá-las em famílias polonesas. A equipe de Irena traficava as crianças ocultando-as em ambulâncias, levando-as através dos esgotos ou escondendo-as dentro de malas ou caixas. Os trabalhadores anotavam os nomes das crianças em papéis de cigarros e os selavam em garrafas de vidro, que eram então enterradas. Depois da guerra, as garrafas foram desenterradas e tentativas foram feitas de reunir as crianças com suas famílias – apesar de muitas delas terem deixado de existir nos campos de concentração (Conolly, 2007).*

Um notório exemplo similar de ação do Serviço Social e uma colaboração sistemática com um regime de promoção de políticas de segregação racial e de engenharia social é aquele da África do Sul. Políticas racistas definidas nas normas coloniais na África do Sul foram tipificadas e inteiramente operacionalizadas no período do *apartheid* (1948-91). Este foi um complexo, brutal e multifacetado sistema de segregação designado para excluir física, política, social e culturalmente populações não brancas. A segregação racial também previa uma máxima espoliação da mão de obra por meio da consolidação das regras coloniais. Populações não brancas, consideradas como inferiores, eram classificadas em diferentes categorias administrativas de acordo com a cor de suas peles, eram privadas dos direitos civis e políticos, e era autorizado seu acesso somente a serviços precários e segregados de educação, saúde e sociais.

A principal corrente do Serviço Social branco na África do Sul, que aceitou largamente ideologias segregacionistas bem antes de 1948, prontamente adotou e funcionou dentro do contexto de separação racial, culminando com a criação do *apartheid*. A legislação deman-



Regime ditatorial – Nos anos 1960, os homens da foto foram punidos por estarem em uma área destinada a brancos na África do Sul. Embora pareça ser uma cena contemporânea de prisões e instituições de socioeducação no Brasil. Ou mesmo uma abordagem das forças repressivas nas ruas, favelas ou periferias brasileiras. Apartheid, segregação racial como política de Estado.

Fonte: <https://www2.ujf.br/noticias/2018/07/18/8-fotos-para-nao-esquecer-o-apartheid/>

---



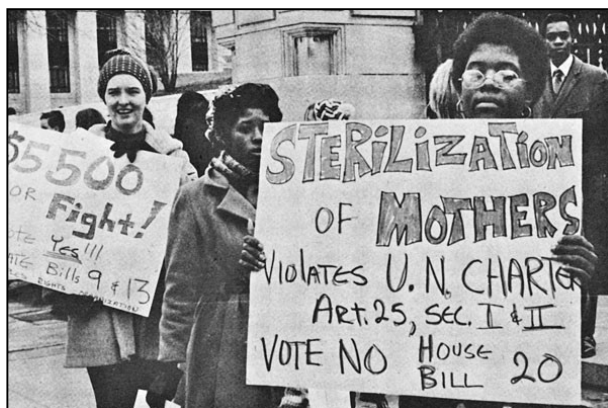
dava que assistentes sociais, particularmente do setor público, proovessem serviços somente para aqueles designados de sua própria raça, ao mesmo tempo em que a formação em Serviço Social também era definida por uma educação universitária diferenciada baseada na raça (Sewpaul, 2013). A análise de Smith (2014: 313) encerra a evolução de tal cumplicidade histórica e indefensável do Serviço Social quando sugere que:

As origens do Serviço Social na África do Sul foram fundadas no seio dos poderes do capitalismo racista, do conflito social e nas relações desiguais de poder – marcadas por ideologias hegemônicas de vários períodos do século XX e mesmo das primeiras origens coloniais e imperialistas. Por meio dos discursos hegemônicos, o Serviço Social geralmente apoiou a manutenção do *status quo* racista e o modo capitalista de produção, com ideologias liberais e individualistas de liberdade de escolha e responsabilidade pessoal.

As práticas repressivas do Serviço Social que foram influenciadas pelos princípios da engenharia social não eram, contudo, restritas a países com regimes militares ou antidemocráticos. O perturbador caso do envolvimento de assistentes sociais dos Estados Unidos em projetos de esterilização foi outro exemplo. O movimento eugenista nos Estados Unidos iniciou oficialmente no final do século XIX, atingiu seu auge nos anos 1920 e 1930, caiu em desgraça durante a Segunda Guerra Mundial, e então fez um retorno nos anos 1950 (Anastas, 2011). Como em um dos casos que examinamos no início, os princípios dos projetos de eugenia estadunidenses estavam indissolúvelmente ligados ao esforço de conceber mecanismos de controle social através da promoção de uma representação de um *tipo ideal* de seus próprios valores e características. Problemas sociais como a pobreza, crime e desemprego eram vistos como “hereditários” em grande parte no seio das classes inferiores e, portanto, tratados através de práticas destinadas a impedir essas classes de “reproduzir”. Embora a impressão de que a esterilização forçada dos pobres nos Estados Unidos tenha sido algo de um passado distante, pesquisas recentes sugerem que em alguns estados (mais notoriamente na Carolina do Norte), esta prática subsistiu bem até os

anos 1970. Na Carolina do Norte, onde os projetos de esterilização foram muito difundidos e, ao contrário de outros estados, não estavam apenas confinados aos parâmetros institucionais, mais de 7600 cidadãos pobres, vulneráveis e de minorias foram permanentemente afetados por esta prática (Boggs, 2004). Evidências sugerem que muitas esterilizações foram recomendadas por assistentes sociais, que baseariam seus “diagnósticos” unicamente em observações do ambiente dos lares ou no rendimento escolar dos pobres:

A Associação Nacional dos Assistentes Sociais dos Estados Unidos [US National Association of Social Workers] recentemente reconheceu “Como os primeiros assistentes sociais pesquisavam e desenvolviam programas para aliviar as doenças sociais americanas, e encorajavam maiores investimentos na rede de segurança social; crenças de longa data sobre a capacidade dos pobres, doenças mentais e outras ‘estranezas’ sociais tingiram uma variedade de políticas governamentais e estabelecimentos médicos” (Anastas, 2011).



Regime democrático, porém autoritário – Nos anos 1970, mulheres negras e pobres dos Estados Unidos da América foram às ruas denunciar as políticas de esterilização forçada a que eram em massa submetidas por políticas do Estado. Desigualdades mesclando gênero, raça e classe social em sociedades capitalistas marcadas historicamente pela escravidão – e não “fábricas de desajustados e criminosos”.

Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/noticia/21910/nos-eua-vitimas-de-esterilizacao-forcadalutam-para-receber-indenizacoes>

---

## CONCLUSÃO

Neste capítulo, tentamos apresentar alguns dos mais perturbadores casos de cumplicidade do Serviço Social. O que sugerimos é que em conjunturas políticas chaves, muitas organizações profissionais de Serviço Social (por exemplo, a GAWS na Grécia durante a junta militar ou a Associação Nacional de Assistentes Sociais dos Estados Unidos durante o período McCarthy) estavam mais preocupadas em proteger os interesses e a sobrevivência da profissão à custa de qualquer compromisso abrangente com a justiça social. Frequentemente mascarada sob uma narrativa de positivismo eclético, a ideologia do profissionalismo significou uma despolitização sistemática do Serviço Social, que o transformou em tarefa de trabalho para processar os pobres, os desfavorecidos, os políticos [militantes] e os opositores dos interesses dos poderosos.

Na maioria dos casos que visitamos, o Serviço Social como uma profissão foi fortemente controlado pelo Estado. Nos casos onde as associações de Serviço Social se associaram ao opressor e onde a formação era regulada pelo Estado (ou pela Igreja), houve muito pouco espaço para que assistentes sociais individuais criassem um movimento viável de resistência. Entretanto, alguns resistiram. Ao se reduzirem as horríveis histórias do Serviço Social a notas de rodapé dos livros didáticos ou justificando-as como meros episódios de julgamento comprometido, ou de moralidade fraca, ofusca-se a contribuição de numerosos assistentes sociais, conhecidos ou não celebrados, que bravamente lutaram por justiça social. As contribuições da assistente social afro-americana Thyra Edwards, que viajou para Barcelona e aderiu às brigadas antifascistas durante a Guerra Civil espanhola, ou a história da profissional judia polonesa Irena Sendlerowa, que salvou aproximadamente 2500 crianças do gueto de Varsóvia entre 1940 e 1943, seriam incompletas se nós não considerarmos o fato que muitos – mas não a maioria – dos nossos colegas contemporâneos se aliaram com as forças fascistas e nazistas da época.



O assistente social Vasilios Ioakimidis, um dos autores do presente texto, Professor da Universidade de Essex / Reino Unido, participando da manifestação no dia 29/09/2018 em Londres. O Serviço Social no mundo preocupado com o Brasil.

Fonte: arquivo pessoal, autorizado para utilização

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Referências originais do texto*<sup>20</sup>

Anastas, J. (2011) “Social work and eugenics”, National Association of Social Workers. Available at: <http://www.socialworkblog.org/pressroom/2011/11/social-work-and-eugenics/> (accessed 14 June 2016).

Bean, P. and Mellville, J. (1989). *Lost children of Empire: The untold story of Britain's child migrants*, London: Unwin and Hyman.

BBC (British Broadcasting Corporation) (2006) “British children deported to Australia”, *Inside out*, 6 March. Available at: <http://www.>

---

20 A despeito da larga bibliografia utilizada no livro original em inglês, apenas apresentaremos aqui as referências citadas pelos autores no capítulo que ora apresentamos, mantendo as normas de referenciamento utilizadas no original.

- bbc.co.uk/insideout/eastmidlands/series9/week\_nine.shtml (accessed 21 April 2017).
- BBC (2011b) “Spain’s stolen babies and the families who lived a lie”. Available at: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-15335899> (accessed 21 December 2016).
- BBC (2015b) “The children taken from home for a social experiment”. Available at: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-33060450> (accessed 11 May 2016).
- Boggs, B. (2014) “For the public good: the shameful history of forced sterilization in the US”. Available at: <https://blog.longreads.com/2014e/11/19/for-the-public-good/> (accessed 3 May 2016).
- Castro Villacañas, A. (1948) *La Hora*, 14 May.
- Chenery, S. (2011) “I can still hear the kids’ screams”, *The Sydney Morning Herald*, 12 June. Available at: <http://www.smh.com.au/national/i-can-still-hear-the-kids-scream-20110611-1fyap.html> (accessed 21 April 2017).
- Collony, K. (2007) “I’m no hero, says woman who saved 2.500 ghetto children”, *The Guardian*, 15 March. Available at: <http://www.theguardian.com/world/2007/mar/15/secondworldwar.poland> (accessed 21 December 2016).
- Gómez, M. and Buendía, F. H. (2009) “The development of social work education in Spain”, *European Journal of Social Work*, 12(1): 113-17.
- GASW (Greek Association of Social Workers) (1968) “Our profession’s development”, *Koinokini Ergasia*, 29: 1-8.
- González Duro, E. (2008) *Los psiquiatras de Franco. Los rojos no estaban locos*, Barcelona: Península.
- Government of Canada (2016) “Home children, 1869-1932”, Library and Archives Canada. Available at: <http://www.bac-lac.gc.ca/eng/discover/immigration/immigration-records/home-children-1869-1930/Pages/home-children.aspx> (accessed 21 April 2017).
- Harris, J. (2008) “State social work: constructing the present from moments in the past”, *British Journal of Social Work*, 38(4): 662-79.

- Haste, C. (2001) *Nazi women: Hitler's seduction of a nation*, London and Oxford: Fourth Estate.
- Hobsbawn, E. (1987) *The age of empire: 1875-1914*, London: George, Wendenfeld and Nicolson.
- Humphries, M. (2011) *Empty cradles*, London: Corgi Books.
- Ioakimidis, V. (2011) "Expanding imperialism, exporting expertise: international social work and the Greek project (1946-1974)", *International Social Work*, 54(4): 505-19.
- Johnson, S. and Moorhead, B. (2011). "Social eugenic practices with children in Hitler's Nazi Germany and the role of social workers: lessons for current practices". *Journal of Social Work Values & Ethics*. Available at: <http://www.Socialworker.com/jswve> (accessed 23 June 2016).
- Jones, C. (1983) *State social work and the working class*, Basingstoke: Macmillan.
- Kershaw, R. and Sacks, J. (2008). *New lives for old: The story of Britain's child migrants*, London: New Archives Press.
- Kunstreich, T. (2003). "Social welfare in Nazi Germany: selection and exclusion", *Journal of Progressive Human Services*, 14(2): 23-52.
- Lorenz, W. (2004) *Towards a European paradigm of social work: studies in the history of modes of social work and social policy in Europe*, Dresden: Technische Universität.
- Lorenz, W. (2006) *Perspectives on European social work: From the birth of the nation state to the impact of globalisation*, Leverkusen: Barbara Budrich Publishers.
- Martinez, I. (2017) "Human rights and social justice in social work education: a critical realist comparative study of England and Spain", unpublished PhD thesis, Durham University, Durham.
- NISATSIC (National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families) (1997) *Bringing them home; report of the National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families*, Sydney, Human Rights and Equal Opportunities Commission.
- Reisch, M. and Andrews, J. (2002) *The road not taken: a history*

- of radical social work in United States*, New York, NY: Brunner-Routledge.
- Sewpaul, V. (2013) “Neoliberalism and social work in South Africa”, *Critical and Radical Social Work*, 1(1): 15-30.
- The Aboriginal Justice Implementation Commission (1999) “The justice system and Aboriginal people”, Government of Manitoba. Available at: [http://www.ajic.mob.ca/reports/final\\_toc.html](http://www.ajic.mob.ca/reports/final_toc.html) (accessed 15 May 2016).
- Vázquez, J. M. (1970). *Situación del Servicio Social em España: Estudio Sociológico*, Madrid: Instituto de Sociología Aplicada.
- Vervenioti, T. (2002) “Charity and nationalism: the Greek civil war and the entrance of right wing women into politics”, in P. Baccheta and M. Power (eds) *Right wing women: From conservatives to extremists around the world*, London: Routledge.
- Zentner, C. and Friedmann, B. (1991). *The encyclopedia of the Third Reich*, New York, NY: Macmillan.

### **Referências das Notas do Tradutor<sup>21</sup>**

- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 5. ed. rev. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 2000.
- CFESS. *Seminário Nacional – 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)*. Brasília, DF: CFESS, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2005.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

---

21 As referências a seguir são apresentadas segundo as normas da ABNT.

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 330 exemplares.